



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MINAS GERAIS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Belo Horizonte, 08/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

NIP – Núcleo de Inteligência Policial

DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679	16
Quadro 5 - Dados financeiros da Ação 2679	17
Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2720	17
Quadro 7 - Dados Financeiros da Ação 2720	17
Quadro 8 - Dados Gerais da Ação 2726	18
Quadro 9 - Dados Financeiros da Ação 2726	19
Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 4572	20
Quadro 11 - Dados Financeiros da Ação 4572	20
Quadro 12 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	21
Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 8979	21
Quadro 14 - Dados Financeiros da Ação 8979.....	22
Quadro 15 - Dados Gerais da Ação 8980	22
Quadro 16 - Dados Financeiros da Ação 8980.....	23
Quadro 17 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	23
Quadro 18 - Dados Gerais da Ação 8375	24
Quadro 19 - Dados Financeiros da Ação 8375.....	24
Quadro 20 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo	25
Quadro 21 - Dados Gerais da Ação 2000.....	25
Quadro 22 - Dados Financeiros da Ação 2000.....	26
Quadro 23 - Dados Gerais da Ação 2003.....	26
Quadro 24 - Dados Financeiros da Ação 2003.....	27
Quadro 25 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	28
Quadro 26 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	29
Quadro 27 - Evolução de Gastos Gerais.....	30
Quadro 28 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	31
Quadro 29 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	32
Quadro 30 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	33
Quadro 31 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	33

Quadro 32 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	33
Quadro 33 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.....	35
Quadro 34 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	45
Quadro 35 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	45
Quadro 36 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	50
Quadro 37 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências.....	56
Quadro 38 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU.....	59

Sumário

<u>Introdução.....</u>	<u>8</u>
<u>1 – Informações Gerais de Identificação.....</u>	<u>10</u>
<u>2 – Objetivos e Metas</u>	<u>12</u>
<u>2.1 – Responsabilidades Institucionais.....</u>	<u>12</u>
<u>2.3 - Gestão orçamentária e financeira.....</u>	<u>15</u>
<u>2.3.1 – Programas/Ações.....</u>	<u>15</u>
<u>2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....</u>	<u>15</u>
<u>2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....</u>	<u>16</u>
<u>2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública</u>	<u>17</u>
<u>2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União</u>	<u>18</u>
<u>2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....</u>	<u>20</u>
<u>2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....</u>	<u>21</u>
<u>2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal.....</u>	<u>21</u>
<u>2.3.1.2.2 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal</u>	<u>22</u>
<u>2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI... </u>	<u>23</u>
<u>2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento</u>	<u>24</u>
<u>2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo</u>	<u>25</u>
<u>2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade</u>	<u>25</u>
<u>2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática.....</u>	<u>26</u>
<u>2.4 – Desempenho Operacional.....</u>	<u>28</u>
<u>2.4.1 – Evolução das despesas.....</u>	<u>28</u>
<u>2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....</u>	<u>28</u>

2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	29
2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	31
2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	32
2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	35
2.4.2 – Indicadores de desempenho	37
2.4.3 – Análise do desempenho	37
3 - Recursos Humanos.....	45
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	49
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres	51
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	52
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	53
9 – Renúncia Tributária.....	54
10 – Operações de Fundo.....	55
11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....	56
 11.1 – Recomendações da CGU.....	56
 11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	59
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009.....	60
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios.....	61
14 – Outras Considerações.....	62
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	63

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais está estruturada em oito (8) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por sete (07) Delegacias de Polícia Federal localizadas nas cidades de Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional na sede, dez (10) Delegacias Especializadas e um (01) Grupo especializado, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada; Delegacia de Defesa Institucional; Delegacia de Polícia de Imigração; Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários; Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva**; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio; Delegacia de Repressão a Entorpecentes; Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, além do Grupo de Repressão a Crimes Financeiros, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**. Conta ainda com três (3) Núcleos, quais sejam: Núcleo de Tecnologia da Informação; Núcleo de Inteligência Policial; Núcleo de Recursos Humanos, e dois (02) setores denominados Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: é o terceiro estado da federação do ponto de vista econômico; faz divisa com os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro; possui a maior malha viária do país, sendo rota de tráfico ilícito de entorpecentes, mercadorias contrabandeadas, além de palco do crime de exploração sexual infantil; possui 853 municípios que recebem repasses de verbas pela União e pelo próprio Estado; possui inúmeras cidades históricas, algumas tombadas pelo Patrimônio Histórico da União como por exemplo Diamantina e Ouro Preto, que possuem vasto acervo de obras sacras, móveis, utensílios e documentos de grande valor histórico e cultural; possui considerável quantidade de nascentes de água, é cortado por vários rios e ainda mantém muitas áreas de preservação ambiental, esta Superintendência Regional termina por concentrar seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, que são o tráfico de drogas e entorpecentes, o contrabando e o descaminho, a exploração sexual infantil e pedofilia, fraudes contra

a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais, crimes contra o meio ambiente e o patrimônio histórico.

O Inquérito Policial é o produto final do trabalho realizado pela Polícia Federal. Ele é gerado pelas ações pró-ativas (operações policiais) e pelas ações reativas (inquéritos instaurados por portaria). Em 2009, conforme informações prestadas pelo Setor de Comunicação Social, a Superintendência Regional de Minas Gerais realizou noventa e duas (92) operações policiais, resultando no cumprimento de trezentos e cinquenta e três (353) mandados de busca e apreensão e trezentos e seis (306) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados seis mil quinhentos e trinta e oito (6538) Inquéritos Policiais, concluídos oito mil e cento e vinte e cinco (8125), e ficaram em aberto (em andamento) onze mil quinhentos e dezessete (11517) inquéritos.

1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Minas Gerais			
Código SIORG: 001145	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200350
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(031) 3330-5200	(031) 3330-5201	(031) 33305223
Endereço eletrônico: gab.srmg@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Nascimento Gurgel, 30, Gutierrez, Belo Horizonte, MG, cep 30.430-340			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada			
Nome	Situação	Código SIORG	
Delegacia de Polícia Federal em Minas Gerais	Ativa	001145	
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Minas Gerais			
Denominação abreviada: FUNAPOL – MG			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200351
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(031) 3330-5200	(031) 3330-5201	(031) 33305223

Endereço eletrônico: gab.srmg@dpf.gov.br
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br
Endereço Postal: Rua Nascimento Gurgel, 30, Gutierrez, Belo Horizonte, MG, cep 30.430-340
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. SR;DPF;MG Portaria 078, de 12.03.65 – Cria a Sub Delegacia Regional Decreto Lei 908, de 01.10.69 – Transforma em Delegacia Regional Decreto 70.665;72, de 02.06.72 - Transforma em Superintendência Regional FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005. - Decreto 77.649, de 19.05.76
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
.

2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Minas Gerais.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;

propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”.

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem como a missão e visão de futuro da instituição, a Superintendência de Minas Gerais atuou e atua no combate ao crime organizado, com ênfase em crimes como lavagem de dinheiro, contrabando, estelionato, tráfico de drogas, pedofilia e corrupção. Além disso, a SR de Minas priorizou a melhoria no atendimento ao público externo com a transferência das atividades de emissão de passaportes e carteiras de estrangeiros, registro de armas, fiscalização de produtos químicos controlados, atendimento aos estrangeiros e fiscalização da área de segurança privada para outra unidade localizada em um shopping de Belo Horizonte. Paralelamente, a administração realizou melhorias internas que viabilizaram melhora significativa no atendimento ao público interno da unidade, que se encontrava carente de salas adequadas, mobiliários e equipamentos modernos para o bom andamento dos trabalhos.

2.2 – Estratégia de Atuação

A Superintendência Regional de Minas Gerais priorizou no ano de 2009 a continuidade das reformas e melhoramento da estrutura da Polícia Federal no Estado. Foram realizadas várias ações no sentido de possibilitar melhores condições de trabalho aos servidores lotados nesta SR, assim como propiciar condições adequadas para que os funcionários pudessem desenvolver, da melhor forma, a atividade fim da Polícia Federal.

Deste modo a maioria dos recursos foi utilizada na reforma de instalações da Superintendência e aquisição de equipamentos. Entretanto, é importante frisar que a maior parte das intervenções na estrutura e a aquisição de equipamentos foi realizada com recursos recebidos em 2008, uma vez que no ano de 2009 esta unidade passou por séria contenção de despesas. Sendo que o atraso no repasse de verbas por parte do Governo Federal prejudicou sobremaneira a manutenção dos contratos, quase atingindo a execução das atividades da Polícia neste Estado.

Como já informado, os recursos foram direcionados para dar continuidade às obras de reforma da Superintendência Regional que já haviam sido iniciadas, bem como para a criação e implantação de mais uma unidade policial no interior do Estado, a Delegacia de Polícia Federal de Divinópolis, o que era uma necessidade premente para descentralizar os serviços da Polícia Federal e diminuir o âmbito de atuação da Superintendência Regional. Afora isso foi dada prioridade na manutenção dos contratos firmados, indispensáveis a execução da atividade fim.

É importante salientar ainda que o atraso no repasse de recursos provocou um aumento no uso dos cartões corporativos, devido a despesas essenciais para o desenvolvimento das atividades policiais, que não poderiam esperar o repasse de verbas.

Quanto à questão da necessidade de realização de viagens e pagamento de diárias em finais de semana, precisamos frisar que a atividade policial demanda trabalhos contínuos, que não podem ser interrompidos mesmo em feriados e finais de semana. Razão pela qual inúmeros policiais tem que se deslocar por períodos superiores a cinco dias, ficando ininterruptamente por longos períodos em locais diversos de onde está lotado, demandando o pagamento de diárias.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200350
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200351

2.3.1 - Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela Superintendência Regional de Minas Gerais, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência também executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento, especificamente no pagamento de indenizações de armas entregues pela população.

2.3.1.1 - Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 3 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União

Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Departamento de Polícia Federal	
Indicador (es) para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal	
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade	
Código	Tipo ¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 - Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200351
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Quadro 5 - Dados financeiros da Ação 2679

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. Em Restos a Pagar não processados
2679	Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos.	SR-FUNAPOL	139.361,66	102.677,28	102.677,28	36.684,38

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

No ano de 2009 foram fiscalizadas vinte e seis (26) empresas da área de produtos químicos controlados, bem como foram emitidos duzentos e oitenta e sete (287) certificados de cadastros aprovados e renovadas trezentas e cinquenta e uma (351) licenças. As atividades deste setor de fiscalização arrecadaram em taxas para o Departamento de Polícia Federal o valor de um milhão, quarenta e nove mil e setecentos reais (R\$1.049.700,00) e viabilizaram o efetivo cumprimento de fiscalização necessária, bem como, a emissão de autorizações prévias para importação e exportação, e ainda, a apreensão de produtos irregulares.

2.3.1.1.2 - Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública**Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2720**

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200351
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 7 - Dados Financeiros da Ação 2720

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. Em Restos a Pagar não processados
2720	Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública	SR-FUNAPOL	431.886,31	397.636,47	397.636,47	34.249,84

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso, predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente em razão desta forma excepcional de execução da despesa, que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução. Na SR de Minas Gerais, a totalidade dos gastos é gerida pela mesma, uma vez que esta é a responsável pelo apoio orçamentário e financeiro de todas as delegacias descentralizadas e especializadas do estado.

O Núcleo de Inteligência Policial da SR Minas realizou no ano de 2009 a operação Olho Vivo, que apurou a prática por Delegado de Polícia Federal de crimes de corrupção, concussão e lavagem de dinheiro. Este mesmo núcleo realizou a operação Safári I, que cumpriu 18 Mandados de Busca e Apreensão para repressão à prática do crime de contrabando, consistente na exploração de máquinas “caça-níqueis”, culminando na apreensão das mesmas e conseqüente prisão em flagrante dos envolvidos. Com o desenrolar das investigações, essa operação foi desdobrada em duas outras denominadas Safári II e Safári III, com o mesmo objetivo. É importante salientar que, além destes trabalhos, o Núcleo de Inteligência Policial também atuou no apoio a diversas outras operações realizadas no âmbito da SR, tanto em Belo Horizonte como nas delegacias descentralizadas.

Contando com o apoio do NIP, a Delegacia de Repressão a Entorpecentes e as delegacias descentralizadas efetuaram apreensões de drogas e afins durante todo o ano de 2009. As principais drogas apreendidas foram: Oito mil trezentos e quarenta e um (8341) quilos de cocaína; Dois mil quinhentos e trinta e um (2531) quilos de maconha; Dez mil cento e vinte e seis (10.126) comprimidos de ecstasy; Quatro mil e vinte e seis (4.026) micro-pontos de LSD; um (01) quilo de skunk; Vinte e seis mil oitocentos e sessenta e seis (26.866) medicamentos controlados; Cento e trinta e seis (136) quilos dos mesmos; um mil e cinqüenta e seis (1.056) quilos de pasta base de cocaína, além de aproximadamente dez (10) quilos de crack. As operações resultaram ainda no desmantelamento de várias quadrilhas e apreensão de muitos bens e grande soma em valores monetários.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 8 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e

	interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Cláudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200351
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 9 - Dados Financeiros da Ação 2726

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. Em Restos a Pagar não processados
2726	Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União.	SR-FUNAPOL	3.455.300,63	3.438.375,82	3.438.116,87	16.924,81

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Nesta ação, são empregados 85% (oitenta e cinco por cento) dos recursos destinados a área finalística da SR em Minas Gerais sendo que, deste montante, 99,51% foram empenhados e liquidados no exercício de 2009.

Foram realizadas 92 (noventa e duas) operações policiais com a finalidade de reprimir a prática de crimes contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado. Todas estas operações resultaram no cumprimento de trezentos e cinquenta e três (353) mandados de busca e apreensão e trezentas e seis (306) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva). Além disso, foram instaurados seis mil quinhentos e trinta e oito (6538)

Inquéritos Policiais, concluídos oito mil e cento e vinte e cinco (8125), e, ficaram em aberto (em andamento) onze mil quinhentos e dezessete (11517) inquéritos.

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200351
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 11 - Dados Financeiros da Ação 4572

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. Em Restos a Pagar não processados
4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	SR-FUNAPOL	21.435,50	21.435,50	21.435,50	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

No âmbito da Superintendência Regional foram realizados vários treinamentos de caráter administrativo e operacional, isto é, servidores da carreira administrativa realizaram treinamentos nas áreas de gestão orçamentária e financeira; licitação e gestão de contratos; gestão de recursos humanos; operacionalização do SIAFI, dentre outros. Quanto aos servidores da carreira policial, estes receberam treinamento na Academia Nacional de Polícia.

Paralelamente, foi adotado pela Superintendência o treinamento constante de policiais em tiro e manuseio de armamento, sendo que o Setor de Armas (SAMAL) ministrou durante todo o ano o curso de sobrevivência urbana para quatrocentos e oitenta e cinco (485) policiais da SR.

O valor relativamente baixo empenhado e liquidado nesta ação se deve ao fato de que grande parte dos cursos teve sua realização orçamentária feita, diretamente, pelos órgãos centrais do DPF.

2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 12 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Jerry Antunes de Oliveira
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo ²	Descrição da Ação
8980	A	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação		Atividade
Finalidade		Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição		Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infraestrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade	Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação		Renato José Lazary da Fonseca

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Unidades executoras	200351
Produto (unidade de medida)	Unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 14 - Dados Financeiros da Ação 8979

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. Em Restos a Pagar não processados
8979	Reforma e modernização das unidades do Departamento de Polícia Federal	SR-FUNAPOL	761.013,70	279.040,17	279.040,17	481.973,53

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Devido à contenção de despesas por parte do governo federal, as obras realizadas durante o ano de 2009 foram, em sua maioria, a finalização das reformas iniciadas no ano de 2008 e se referiam a recursos já disponibilizados naquele ano.

A única intervenção nova foi a instalação da Delegacia de Polícia Federal no interior do Estado, na cidade de Divinópolis, onde foram realizadas obras de adequação do prédio, da rede elétrica e instalação da rede lógica, bem como foram adquiridos equipamentos e mobiliário. Essa intervenção foi bastante positiva, possibilitando a inauguração da nova unidade no início deste ano, além de abranger parte da região que antes pertencia à circunscrição da superintendência em Belo Horizonte.

2.3.1.2.2 - Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 15 - Dados Gerais da Ação 8980

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200351
Produto (unidade de medida)	UNIDADE CONSTRUÍDA (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 16 - Dados Financeiros da Ação 8980

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. Em Restos a Pagar não processados
8980	Construção e ampliação de unidades do Departamento de Polícia Federal	SR-FUNAPOL	114.099,85	-	-	114.099,85

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Visando possibilitar a ampliação da Delegacia de Polícia Federal em Uberlândia, a chefia daquela unidade conseguiu junto à administração municipal a doação de um terreno contíguo ao imóvel. Realizada a doação, uma licitação foi efetivada para que fosse construído um muro integrando o novo terreno ao prédio da delegacia.

Este novo terreno irá possibilitar a ampliação daquela unidade, com a construção de uma unidade de inteligência e de um estacionamento.

O valor ficou para pagamento em restos a pagar, por que a obra foi iniciada em outubro de 2009 e, até o final do exercício, ainda não havia sido concluída. Tal atraso ocorreu por causa das chuvas e pela necessidade de efetivar um pequeno aditivo para inclusão de mais um terreno que foi doado pela prefeitura após a conclusão do processo licitatório em questão.

2.3.1.3 - Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 17 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Jerry Antunes de Oliveira
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco

	social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.
--	--

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3.1 - Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 18 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200350
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 19 - Dados Financeiros da Ação 8375

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. Em Restos a Pagar não processados
8375	Campanha do desarmamento	SR	206.141,50	147.406,90	147.406,90	58.734,60

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa, precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, fomentar outras formas de ação, tendo servido como paradigma para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado de Minas Gerais a Polícia Federal pagou 2.560 indenizações, perfazendo um total de R\$ 147.406,90 (cento e quarenta e sete quatrocentos e seis reais e noventa centavos). Foram arrecadadas 2.560 (duas mil quinhentos e sessenta) armas de fogo e regularizadas outras 48.999 (quarenta e oito mil novecentos e noventa e nove), tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas, quando um grupo de servidores foi destacado para viajar por várias cidades do interior recolhendo e registrando armas de fogo.

A maioria das armas entregues em todo o Estado de Minas Gerais foi de revólveres, principalmente os de calibre 38. Com a expiração do prazo de validade para regularização em

31/12/2009, sugere-se pensar em um aumento do valor da indenização por arma recebida que, atualmente, é de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 300,00 (trezentos). O incentivo financeiro traria uma maior motivação para as pessoas que perderam o prazo, e ainda para aquelas que mantêm armas ilegalmente em suas residências, mormente as sem numeração e de calibres restritos. Quanto às informações acerca das armas apreendidas em 2009 encaminhadas por órgãos Judiciais e Policiais, verificou-se um número reduzido ante a autorização legal para entrega ou regularização dos armamentos de fogo.

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

Quadro 20 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral	Não informado	
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa	Jerry Antunes de Oliveira	
Indicadores para avaliação do programa	Este Programa não possui indicadores.	
Público-alvo (beneficiários)	Governo	
Código	Tipo³	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 21 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200350 e 200351
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Quadro 22 - Dados Financeiros da Ação 2000

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. Em Restos a Pagar não processados
2000	Administração da Unidade	SR-FUNAPOL	86.934,17	67.471,67	67.471,67	19.462,50
2000	Administração da Unidade	SR	11.660.609,09	9.768.327,96	9.758.021,08	1.892.281,13

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

2.3.1.4.2 - Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 23 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que

	contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200350
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Quadro 24 - Dados Financeiros da Ação 2003

Projeto/Atividade			Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Por Insc. Em Restos a Pagar não processados
2003	Ações de Informática	SR	72.865,00	72.865,00	72.865,00	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Mesmo com a contenção de despesas no ano de 2009 conseguimos adquirir equipamentos de informática para suprir a crescente demanda por computadores e impressoras, assim como a substituição dos obsoletos.

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 25 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	11.318.482,76	8.393.936,48	7.347.234,49	8.393.936,48
Convite	238.836,18	-	60.838,53	-
Tomada de Preços	1.532.267,51	279.040,17	309.696,78	279.040,17
Concorrência	798.296,12	242.217,76	755.004,65	242.217,76
Pregão	8.749.082,95	7.872.678,55	6.221.694,53	7.872.678,55
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	1.700.961,86	1.035.485,06	1.147.997,37	1.035.485,06
Dispensa	525.290,81	433.488,37	309.468,97	433.488,37
Inexigibilidade	1.175.671,05	601.996,69	838.528,40	601.996,69
Regime de Execução Especial	703.539,63	415.678,04	688.965,05	415.678,04
Suprimento de Fundos	703.539,63	415.678,04	688.965,05	415.678,04
Pagamento de Pessoal	3.072.610,48	3.788.703,31	3.116.169,52	3.822.353,70
Pagamento em Folha ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	3.072.610,48	3.788.703,31	3.116.169,52	3.822.353,70
Outros	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 26 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal*	17.511,75	65.729,81	17.511,75	65.729,81	-	-	17.511,75	65.729,81
08 – Outros benefícios assistenciais	11.528,11	65.729,81	11.528,11	65.729,81	-	-	11.528,11	65.729,81
91 – Sentenças judiciais	5.983,64	-	5.983,64	-	-	-	5.983,64	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	13.775.364,79	15.394.221,61	12.023.032,90	13.738.134,23	1.752.331,89	1.682.404,81	12.013.861,56	13.701.250,97
14 – Diárias e pessoal civil	3.102.730,66	3.806.621,09	3.102.730,66	3.756.039,73	-	50.581,36	3.102.730,66	3.755.780,78
30 – Material de consumo	1.576.349,29	1.642.430,14	1.410.658,91	1.445.631,11	165.690,38	196.799,03	1.410.658,91	1.445.631,11
33 – Passagens e despesas com locomoção	458.524,35	482.936,18	398.172,28	458.677,04	60.352,07	24.259,14	398.172,28	458.677,04
36 – Serviços de terceiros – pessoa física	174.993,66	190.026,29	169.035,70	173.426,27	5.957,96	16.600,02	169.035,70	173.426,27
37 – Locação de mão de obra	2.227.871,02	3.955.101,25	1.779.590,62	3.376.009,62	448.280,40	579.091,63	1.779.590,62	3.375.652,27
39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	5.527.389,69	4.496.601,19	4.593.049,03	3.807.787,34	934.340,66	688.813,85	4.583.877,69	3.797.837,81
47 – Obrig. Tribut. e Contrib-OP. Intra-Orçamentárias	17.484,17	52.781,85	13.420,98	39.549,64	4.063,19	39.549,64	13.420,98	13.232,21
92 – Despesas	55.343,33	208.209,50	54.885,52	191.961,60	457,81	16.247,90	54.885,52	191.961,60

de exercícios anteriores								
93 – Indenizações e restituições	634.678,62	559.514,12	501.489,20	489.051,88	133.189,42	70.462,24	501.489,20	489.051,88

Fonte: SIAFI Gerencial

* As despesas de pessoal ordinárias da Unidade Gestora são executadas pelo Órgão Central.

Quadro 27 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	337.919,73	458.524,35	482.936,18
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	3.719.456,28	3.116.169,52	3.822.353,70
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	131.343,80	159.683,18	115.180,70
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	1.842.655,26	1.894.408,05	2.546.268,12
3.3 Tecnologia da Informação	1.171.289,66	854.562,45	504.565,87
3.4 Outras Terceirizações	598.821,81	1.683.997,00	4.098.971,28
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	84.850,95	98.658,05	171.922,69
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	560.037,26	688.965,05	415.678,04
TOTAIS	8.446.374,75	8.954.967,65	12.157.876,58

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Alterações significativas ocorridas no exercício: Com a crescente demanda pela atuação da Polícia Federal, a unidade gestora tentou priorizar a disponibilização de melhor estrutura para propiciar condições adequadas aos servidores. Neste sentido foi necessária a manutenção e até mesmo aumento nos contratos firmados, principalmente de terceirizados, vigilância e conservação. Da mesma forma, diante do aumento crescente de trabalho, houve um acréscimo no pagamento de diárias e passagens.

Contingenciamento no exercício: O atraso na liberação dos recursos dificultou a manutenção dos contratos, uma vez que a maioria das empresas contratadas alegou falta de recursos para manterem os serviços sem recebimento dos repasses.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: Como já informado acima, a maior dificuldade encontrada ocorreu devido ao atraso no repasse de recursos, causando sérios problemas para manutenção dos contratos.

2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 28 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	3.775.550,19	1.555.444,95	546.283,47	557.121,69	2.914.536,72	998.323,26	546.283,47	557.121,69
51 – Obras e instalações – Op. Int. Orc.	2.383.744,96	875.113,55	349.690,31	279.040,17	2.034.054,65	596.073,38	349.690,31	279.040,17
52 – Equipamentos e material permanente – Op. Intra-orc.	1.391.805,23	610.381,20	511.323,16	208.131,32	880.482,07	402.249,88	511.323,16	208.131,32
92 – Despesas de exercícios anteriores	-	69.950,20	-	69.950,20	-	-	-	69.950,20
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Alterações significativas ocorridas no exercício: Analisando o quadro das despesas de obras, instalações e material permanente, podemos verificar que no ano de 2009 tivemos uma redução significativa nos investimentos. Apesar da contenção, não houve maiores prejuízos para a unidade, já que com relação às obras, somente no ano de 2009 foram finalizadas as reformas iniciadas em 2008. Com relação aos equipamentos e material permanente a redução nos valores também não chegou a prejudicar a unidade, uma vez que os investimentos em 2008 possibilitaram dotar esta SR de material permanente e equipamentos.

Entretanto, para o ano de 2010 será necessária a retomada de investimentos para manter a Polícia bem equipada para execução de sua atividade fim.

Contingenciamento no exercício: Conforme destacado acima, devido ao grande investimento realizado em 2008, o contingenciamento no que tange a obras e equipamentos não foi muito significativo.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: Somente o atraso no repasse dos recursos financeiros de despesas já empenhadas prejudicaram a gestão, devido a cobrança de fornecedores e empresas prestadoras de serviço.

2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 29 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		4.047.984,10	3.960.125,07	87.859,03	3.959.866,12	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Não se aplica uma vez que a fórmula de cálculo deste índice deve ser, necessariamente, comum para todas as SR's. É importante que nosso Órgão Central estabeleça os parâmetros que serão utilizados, tais como: Os IPL's instaurados a partir de qual ano serão analisados? Que peso terá cada tipo de IPL no cálculo? (Ex: o prazo de duração da investigação de falsidade ideológica relacionada às deduções de IRPF, as investigações de estelionato previdenciário praticadas pelos beneficiários e os IPL's instaurados por flagrante em tráfico de drogas terão o mesmo peso que os IPL's relacionados aos crimes de lavagem de ativos, ou aqueles em que se investiga uma quadrilha de traficantes internacionais ou de uma quadrilha formada para lesar os cofres públicos?</p> <p>Assim, para que tal índice possa constituir uma informação segura para balizar a tomada de decisões, é necessário um aprofundado estudo acerca de suas variáveis, o que ainda está sendo providenciado pelo Órgão Central.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	146
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais relatados em 2009 e o total de inquéritos policiais instaurados no mesmo exercício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Para a SR/DPF/MG, esta Administração Regional estabeleceu para o ano de 2009 um índice de 110%, portanto, superior àquele indicado nacionalmente. Para a consecução dessa meta, instituiu-se reuniões individuais mensais com os chefes de						

cada delegacia especializada para o acompanhamento da produtividade das respectivas atividades de polícia judiciária, analisando-se, dentre outros, os quantitativos de IPL's em andamento, instaurados e relatados, bem como o número de expedientes pendentes de instauração. Para os últimos, estabeleceu-se o prazo máximo de dez dias para a autuação do respectivo IPL, contado a partir da data que o expediente era encaminhado pela corregedoria às especializadas. Tais reuniões, onde eram debatidos os problemas enfrentados nas especializadas, bem como as respectivas soluções, possibilitaram a tomada célere de decisões, o que possibilitou a superação da meta de 110%, tendo o resultado final atingido a marca de 146%, média calculada entre os resultados da Capital e das delegacias do interior.

Fonte: SIGPLAN e SISCART

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

Quadro 30 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		875.113,55	279.040,17	596.073,38	279.040,17

Fonte: SIAFI Gerencial ¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Quadro 31 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		206.141,50	147.406,90	58.734,60	147.406,90

Fonte: SIAFI Gerencial ¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Quadro 32 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		11.820.427,41	9.908.683,78	1.911.743,63	9.898.376,90

Fonte: SIAFI Gerencial ¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Considerações

Com relação aos Programas 1353 - Modernização da Polícia Federal, 1453 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e 0750 – Apoio Administrativo, não há indicadores definidos para o Departamento de Polícia Federal.

2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 33 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06 – Segurança Pública	122 – Administração geral	0750	2000	A	3	Não há	NA	NA	NA	9.835.799,63	NA	
06 – Segurança Pública	125 – Normatização e fiscalização	0662	2679	A	3	Documento emitido	NA	NA	NA	102.677,28	NA	
06 – Segurança Pública	128 – Formação de recursos humanos	0662	4572	A	3	Servidor capacitado	NA	NA	NA	21.435,50	NA	
06 – Segurança Pública	181 - Policiamento	0662	2726	A	3	Operação realizada	NA	NA	NA	3.438.375,82	NA	
06 – Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8979		3	% execução física	NA	Na	Na	279.040,17	NA	
06 – Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8980	P	3	% execução física	NA	NA	NA	-	NA	
06 – Segurança Pública	126 – Tecnologia da informação	0750	2003	A	3	Não há	NA	NA	NA	72.865,00	NA	
06 – Segurança Pública	422 – Direitos individuais, coletivos e difusos	1453	8375	A	3	Indenização paga	NA	NA	NA	147.406,90	NA	
06 – Segurança Pública	183 – Informação e inteligência	0662	2720	A	3	Ação realizada	NA	NA	NA	397.636,7	NA	

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Considerações

Cumprimento das metas físicas: Estas metas estarão analisadas no relatório do DPF nacional, a Superintendência não tem meta física a ser analisada.

Ações que apresentaram problemas de execução: As ações que foram prejudicadas em sua execução foram aquelas que necessitaram continuamente do repasse de recursos. Isso porque a dificuldade na manutenção dos contratos em razão do atraso no repasse de verbas causou problemas na execução da atividade fim. A diminuição das viagens, devido a falta de pagamento de diárias e combustível, por exemplo, dificultou que as metas fossem atingidas. A especificidade das atividades da Polícia Federal demanda rotineiramente o deslocamento de servidores envolvidos em investigações policiais e fiscalizações nas áreas de atribuição da PF.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Estas metas serão analisadas no relatório do DPF nacional, uma vez que a Superintendência é apenas unidade executora, não tendo assim meta a ser analisada.

Ações Prioritárias na LDO: De uma forma geral, a administração da unidade foi realizada de forma bastante positiva, com o incremento das atividades de polícia judiciária, incentivando a finalização mais célere dos inquéritos e investigações policiais. Da mesma forma, mais de noventa operações foram deflagradas no âmbito deste Estado, demonstrando que foram criadas condições para que os trabalhos policiais fossem bem desempenhados.

Neste sentido, aos servidores desta Superintendência, foi propiciado treinamento rotineiro, onde podemos destacar a implementação dos treinamentos de armamento e tiro, disponibilizado a todos os policiais deste Estado. Os servidores também foram designados para participar de cursos que mantêm relação com a área de atuação, dentro das atribuições da Polícia Federal.

Quanto às fiscalizações, esta Superintendência conseguiu efetuar as vistorias em todas as instituições bancárias, conforme determina a legislação, para avaliar as instalações e planos de segurança, assim como foi possível realizar a fiscalização das empresas de produtos químicos conforme solicitações emanadas de Brasília.

Ainda, de acordo com o informado neste relatório, foi possível propiciar a Superintendência Regional e as delegacias descentralizadas de melhores condições físicas para os servidores, inclusive dotando as unidades policiais de novos equipamentos, mobiliário e viaturas.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

Conforme já explicitado, o Departamento de Polícia Federal vem, com a ajuda da Fundação Getúlio Vargas, buscando mecanismos satisfatórios e confiáveis de se mensurar seu desempenho. Para 2009, cogitou-se utilizar o prazo de conclusão de inquéritos policiais (nº de dias) para tal mister, naquilo que se refere a atividade de polícia judiciária. Entretanto, conforme exposto no quadro 29 do item 2.4.1.5, “Ordem 1”, não foi ainda estabelecida uma forma comum de se mensurar tal índice.

Assim, para 2009, a SR/DPF/MG estabeleceu como índice de desempenho para sua atividade de polícia judiciária a meta de se concluir um número de inquéritos policiais superior em 10% ao número de inquéritos policiais instaurados no ano. O objetivo era a redução real no quantitativo de inquéritos em andamento, de forma a propiciar a melhora na qualidade dos trabalhos. Os esforços dos servidores da SR/DPF/MG levaram à obtenção da marca de 46%, o que é motivo de orgulho para esta Administração Regional.

2.4.3 – Análise do desempenho

Conforme já mencionado, o desempenho da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais no ano de 2009 superou as expectativas desta Administração. Tal resultado foi propiciado, principalmente, pelo engajamento dos servidores policiais e administrativos aqui lotados que não mediram esforços para a consecução da meta de produtividade para as atividades de polícia judiciária descrita no item *retro*, bem como para a melhora contínua na prestação de serviços de natureza administrativa sob nossa responsabilidade.

Para ilustrar tal desempenho, destacamos algumas das realizações das equipes que compõem cada setor desta SR/DPF/MG, além do desenvolvimento de suas atividades rotineiras.

Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:

- conclusão da primeira etapa da reforma do edifício sede da SR/DPF/MG, que abrangeu a revitalização da parte externa, novas instalações das delegacias especializadas, da Corregedoria, do Serviço de Plantão, do Setor Técnico e Científico e do Núcleo de Transportes;
- regularização e organização do uso do estacionamento interno do edifício sede da SR/DPF/MG;
- implantação do novo sistema de controle de viaturas;
- criação do Grupo Técnico em Edificações no âmbito da SR/DPF/MG;
- atualização do patrimônio de todas as unidades da SR/DPF/MG;

- organização de toda a conformidade documental da SR/DPF/MG dentro do novo espaço no subsolo destinado a esta finalidade;

Comunicação Social:

- credenciamento de setoristas junto à mídia estadual;
- ações de entrosamento com setores de comunicação social dos demais órgãos federais, estaduais e municipais;
- realização de um trabalho de endo-informação voltada para o público interno (intranet);
- frequência em cursos de capacitação nas áreas de audiovisual, redação e jornalismo.

Setor Técnico-Científico - SETEC:

- deu-se continuidade aos treinamentos específicos para perícia em meio-ambiente envolvendo cursos de especialização em SIG, monitoramento ambiental e administração/novas tecnologias de disposição de resíduos e efluentes industriais;
- efetiva participação nos cursos promovidos pela Academia Nacional de Polícia relacionados a todas as áreas da perícia;
- participação em congressos, seminários e fóruns promovidos por universidades, conselho de classe, DITEC, etc;
- complementação de treinamento e efetivação do convênio com a Justiça Federal para acesso ao SINIC e inserção de dados e informações de interesse da justiça e/ou do DPF;
- treinamentos, atualizações e reciclagens na área de perícia papiloscópica e técnicas de uso em laboratório de reagentes químicos;
- início da estruturação do laboratório de audiovisual, eletrônicos e identificação de locutor.

Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:

- apoio ao Núcleo de Disciplina nos pleitos de participação em cursos da área disciplinar, bem como naqueles que buscam a reunião de bancos de dados (SAD/COGER e CGU/PAD);
- realização de reuniões com policiais federais onde foram transmitidas orientações para se evitar a repetição de falhas detectadas durante as correições realizadas nos inquéritos policiais;

- manutenção de contatos com o Judiciário e o Ministério Público Federal na busca informações detecção de oportunidades para o aperfeiçoamento da atividade de polícia judiciária;

Núcleo de Correições - NUCOR:

- realização de correições em todos os inquéritos policiais e termos circunstanciados relatados em 2009.

Núcleo de Disciplina - NUDIS:

- aperfeiçoamento dos conhecimentos de todos os servidores voltados às atividades relacionadas aos procedimentos disciplinares no âmbito da SR/DPF/MG (realização de cursos em procedimentos disciplinares a cargo da ANP, COGER/DPF e CGU);

Núcleo Operacional da Delegacia Regional Executiva – NO/DREX:

- digitalização de todos os mandados de prisões, culminando com a criação um banco de dados de fácil acesso, inclusive aos sábados, domingos e feriados;
- apoio às diversas operações policiais desencadeadas no ano.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI:

- instalação do SISCART (Sistema de Controle de Atividades Cartorárias) nas unidades do interior do Estado;
- instalação do serviço de proxy nas unidades descentralizadas do Estado.
- monitoramento dos softwares instalados e a instalar, verificando a sua necessidade e o respectivo licenciamento;
- renovação dos ativos de rede da DPFNet/SRMG.

Núcleo de Inteligência Policial:

- implementação do CRIS – Centro Regional de Inteligência de Sinais - no âmbito da SR/DPF/MG, padronizando e uniformizando os procedimentos em operações de inteligência policial;
- organização de arquivo de todos os dossiês existentes relativos a operações desenvolvidas pelas Delegacias Especializadas, inclusive as subordinadas à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado;

- aperfeiçoamento da compilação de dados de inteligência disponíveis em meio digital para tornar viável a realização de consulta informatizada dos mesmos pelos OIs das unidades que compõem a SR/DPF/MG;
- implementação do SISDOC nas Delegacias Descentralizadas, facilitando e protegendo a comunicação entre os órgãos de inteligência da SR/DPF/MG;
- controle, com o auxílio das UIPs e das UADIPs, do acesso ao CRIS no âmbito da SR/DPF/MG e de suas descentralizadas;
- aperfeiçoamento profissional dos policiais lotados no núcleos através de freqüência em cursos e oficinas.

Setor de Recursos Humanos - SRH:

- continuidade do processo tendente à eliminação da emissão de contracheques pelo SRH e incentivo do uso de informações do SIAPENET, tais como consulta a férias, informe de rendimentos, dependentes, etc, o que gerou um aumento do número servidores que hoje utilizam o citado sistema;
- desenvolvimento e racionalização dos formulários disponíveis na Intranet relativos ao SRH;
- organização das pastas funcionais de todos os servidores.

Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ:

- conclusão de 70% dos inquéritos policiais iniciados antes do ano 2008;
- disponibilização de melhores recursos para o combate aos crimes de telecomunicações (duas equipes compostas por 02 DPF's, 02 EPF's e 02 APF's cada realizaram várias operações em parceria com a Anatel, culminando com o fechamento de varias rádios clandestinas);
- capacitação dos servidores policiais para operarem todos os sistemas de informação disponíveis para as investigações.

Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP:

- fiscalização da quase totalidade das agências bancárias localizadas na área de circunscrição desta SR/DPF/MG;
- realização de vistoria em todos os carros fortes cadastrados na DELESP/SR/DPF/MG;
- otimização dos serviços de atendimento e processamento dos expedientes, com a redução dos prazos para conclusão;

- continuação do programa de divulgação da legislação que trata da segurança privada, com a conscientização dos tomadores de serviços acerca do risco de se contratar empresas e/ou pessoas não autorizadas;
- promoção de intercâmbio entre servidores envolvidos com a fiscalização das atividades de segurança privada que atuam nas delegacias do interior do Estado, ampliando a efetiva integração entre DELESP e Comissões de Vistoria.

Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG:

- redução do prazo de agendamento para emissão de passaportes, via internet, para apenas um (01) dia útil;
- instauração de todos os expedientes de natureza administrativa pendentes (ex. inquérito de expulsão);

Delegacia de Defesa Institucional - DELINST:

- realização de trabalhos de combate a pedofilia e ao tráfico de pessoas que resultaram em três operações;
- treinamento dos agentes com cursos de direção ofensiva e segurança de dignitários na Academia Nacional de Polícia ;
- treinamento de agentes lotados em outros setores para formação de corpo de reservistas para operações de segurança de dignitários que demandem maior número de policiais.

Delegacia de Repressão a Crimes Contra Meio-ambiente/Patrimônio Histórico - DELEMAPH:

- realização de diversas operações de apoio ao ICMBio (Serra da Canastra, REBIO da Mata Escura e PARNA das Sempre Vivas), e ao IBAMA no combate aos crimes de extração mineral irregular e de desmatamento;
- participação efetiva de todos os servidores em cursos, seminários, encontros e palestras junto ao IPHAN, SEMAD, MPE e MPF;
- estreitamento no relacionamento com os demais órgãos ligados à área de atuação da delegacia e implementação de acesso ao banco de dados da SEMAD visando a celeridade na conclusão dos inquéritos policiais.

Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV:

- capacitação de servidores através da participação em cursos de inteligência policial, bem como de análise de documentos previdenciários ministrados na Academia Nacional de Polícia.

Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE:

- incremento no número de operações policiais;
- intensificação das atividades investigativas e operações policiais no Aeroporto Internacional de Confins/MG, o que culminou com apreensões de grandes quantidades de drogas no embarque e desembarque internacional;
- melhora da qualificação do efetivo mediante a realização de cursos específicos nas áreas de interesse da delegacia (ex. cursos de detecção de passageiro traficante internacional, da ferramenta investigatória i-2, de invasões táticas, treinamento de defesa pessoal e armamento e tiro).

Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM:

- redução do prazo de entrega de registros para sete dias;
- redução do prazo de análise dos pedidos de aquisição de arma de fogo para 15 dias;
- redução do prazo de análise dos pedidos de porte de arma de fogo para 30 dias;
- credenciamento de armeiros no prazo de 90 dias;
- continuidade das atividades afetas a Campanha Nacional do Desarmamento.

Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT:

- atuação preventiva junto à Caixa Econômica Federal, visando a evitar crimes de assaltos a banco e de extorsão mediante seqüestro de servidores, não tendo ocorrido nenhum crime da natureza do último no ano de 2009;
- melhora da qualificação do efetivo com a frequência de cursos específicos na área de atuação da delegacia;
- treinamento de defesa pessoal e armamento e tiro para os policiais.

Grupo de Repressão a Crimes Financeiros - GRFIN:

- foram iniciadas e finalizadas duas operações específicas de combate ao crime financeiro em 2009, com o planejamento, instrução e execução das investigações e das ações operacionais integralmente realizados pela equipe do GRFIN.
- incremento/atualização do conhecimento técnico dos servidores do GRFIN.

- organização da UADIP (unidade de inteligência) do GRFIN.

Delegacia de Varginha/MG:

- substituição de mobiliários;
- implementação do “Novo Passaporte”;
- finalização de grande parte dos inquéritos policiais instaurados antes de 2008.

Delegacia de Governador Valadares/MG:

- implementação do “Novo Passaporte”;
- melhorias no sistema de vigilância eletrônica.

Delegacia de Uberaba/MG:

- implementação do “Novo Passaporte”;
- manutenção do prédio da DPF/URA/MG com a realização de revisão da parte elétrica .

Delegacia de Juiz de Fora/MG:

- implementação do “Novo Passaporte”;
- substituição de parte do mobiliário;
- implantação do UTEC/DPF/JFA/MG.

Delegacia de Uberlândia/MG:

- implementação do “Novo Passaporte”;
- recebimento em doação realizada pela Prefeitura Municipal de imóvel contíguo à DPF/Uberlândia/MG, com a metragem de 4.200 m².

Delegacia de Montes Claros/MG:

- implementação do “Novo Passaporte”;
- reforma/ampliação do pátio e estacionamento;
- instalação de sistema de segurança (monitoramento) nos principais acessos da delegacia e depósito de materiais apreendidos.

Em relação às atividades de polícia judiciária, na Superintendência Regional de Minas Gerais foram instaurados seis mil quinhentos e trinta e oito (6538) Inquéritos Policiais, concluídos oito mil e cento e vinte e cinco (8125), restando em andamento onze mil quinhentos e dezessete (11517).

Foram realizadas noventa e duas (92) operações policiais, resultando no cumprimento de trezentos e cinquenta e três (353) mandados de busca e apreensão e trezentos e seis (306) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Conforme já mencionado no corpo deste relatório, com o apoio do NIP, a Delegacia de Repressão a Entorpecentes e as delegacias descentralizadas efetuaram apreensões de drogas e afins durante todo o ano de 2009, destacando-se:

- oito mil trezentos e quarenta e um (8341) quilos de cocaína;
- dois mil quinhentos e trinta e um (2531) quilos de maconha;
- dez mil cento e vinte e seis (10.126) comprimidos de ecstasy;
- quatro mil e vinte e seis (4.026) micro-pontos de LSD;
- um (01) quilo de skunk;
- vinte e seis mil oitocentos e sessenta e seis (26.866) medicamentos controlados e cento e trinta e seis (136) quilos dos mesmos;
- um mil e cinquenta e seis (1.056) quilos de pasta base de cocaína, além de aproximadamente dez (10) quilos de crack.

Tais informações, somadas àquelas que já integram o presente relatório, permitem inferir quanto à qualidade dos serviços executados pelos valorosos servidores desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais.

3 - Recursos Humanos

Quadro 34 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	725	Σ	Não há informação ¹
Próprios	725	-	
Requisitados	-	-	
Celetistas	-	-	
Cargos de livre provimento²	04	-	
Estatutários	04	-	
Não Estatutários	-	-	
Terceirizados	295	-	
Total	1024	-	

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

² Somente cargos DAS

Quadro 35 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	594	67.043.580,87	1.512.743,96	1.367.318,59	27.014,86	1.242.874,91
2008	678	90.562.850,58	2.692.404,26	1.713.362,82	40.729,66	1.372.113,90
2009	725	104.961.249,68	2.906.488,74	984.650,83	129.239,87	1.428.507,13
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	01	1.971,31	410,73	19.227,69	-	1.583,89
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

2009	-	-	-	-	-	-	-	-
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade e	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	72	1.540.495,48	103	1.618.320,62	-	-	-	-
2008	92	1.754.384,72	150	2.156.312,81	-	-	-	-
2009	110	2.700.031,86	185	5.445.895,98	-	-	14	59.266,27

Fonte: SIAPE – QUANTITATIVO (GRCOSERVUG); CUSTOS (Σ GRCOFINDDP JAN2007 A DEZ2009)

Considerações

A Polícia Federal não possui previsão de lotação ideal de servidores. No entanto, vem tentando criar instrumentos para orientar a distribuição de efetivo de pessoal para as suas unidades. O Lotaciograma é o resultado de um estudo realizado no ano de 2008, **somente para os cargos policiais**, que criou uma metodologia que leva em conta cerca de vinte e cinco variáveis que possuem relação direta com as atividades cotidianas do órgão, com o objetivo de indicar a demanda de trabalho de cada unidade policial e a conseqüente necessidade de efetivo para atender a estas demandas.

O estudo constatou que as unidades da Polícia Federal do país não estão igualmente dotadas de servidores para fazer frente às suas necessidades. Em relação à SR/DPF/MG, o estudo projetou uma lotação ideal, relativamente às demais Superintendências, de 787 servidores policiais. Em contraponto, a Portaria 463/2009-DG/DPF, de 04 de agosto de 2009, o Quadro de Cargos Policiais publicado, apurava um efetivo total de servidores policiais em Minas Gerais de 657, ou seja, uma defasagem de cerca de 20%.

Muito embora o sistema SIAPE apure um efetivo para esta SR/DPF/MG em dezembro de 2009 de 725 servidores ativos, entre policiais e administrativos, a informação não corresponde à realidade, uma vez que o referido sistema não estava aceitando a inclusão de todas as aposentadorias de servidores policiais, pela LC 51/85, que utilizaram na contagem de tempo Fração de LPA, acréscimo de 20% sobre cada ano



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2009

trabalhado sobre a égide da Lei 3.313/57, bem como não considerava o tempo anterior de outros órgãos (polícia civil, polícia militar e polícia distrital) como sendo estritamente policial, ou seja, o quantitativo considerou servidores já aposentados como ativos. Alguns destas inconsistências foram solucionadas a partir de janeiro de 2010, quando começamos a incluir/lançar as aposentadorias no sistema. Diante do exposto, o efetivo real de servidores em **dezembro de 2009** é de 691 servidores ativos, sendo 59 da carreira administrativa e **632 da carreira policial**. O que aumenta a defasagem em relação ao efetivo ideal do Lotaciograma para cerca de **25%**.

Em relação à carreira de apoio administrativo, o efetivo total é de 59 servidores entre os diversos cargos, nível superior e intermediário, sendo que destes 37 entraram no órgão pelo último concurso realizado para a carreira em 2004, que previu as seguintes vagas:

Nível Cargo	Cargo	Quantidade Vagas	Ocupação em dez/09
Superior	Contador	01	01
	Assistente Social	01	00
	Médico Cardiologista	01	01 em Licença sem vencimento
Médio	Agente Administrativo	30	28
	Agente Telecomunicações	04	03
	Auxiliar Enfermagem	01	01
	Técnico Contabilidade	03	02
TOTAL		41	37

O concurso da carreira de apoio de 2004, que expirou em setembro de 2006, previu vagas aquém da necessidade da SR/DPF/MG, que hoje possui “claros” em aberto por motivo de vacância e exoneração, além de ocorrência de remoções e aposentadorias no período.

O concurso também não previu vagas para outros cargos necessários como Administrador, Psicólogo Clínico e Organizacional, Médico Psiquiatra, Engenheiro Civil, Engenheiro de Telecomunicações, Engenheiro Eletricista, Arquiteto, Educador Físico, Jornalista, Relações Públicas, Programador de Computador, Agente de Comunicação Social e Auxiliar de Assuntos Educacionais, e, em conseqüência, muitas destas funções são exercidas hoje por servidores da carreira policial.

O problema atinge níveis críticos em algumas delegacias do interior que não possuem sequer um único servidor administrativo. Na sede da



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2009

Superintendência, as áreas de atendimento ao público (passaporte e estrangeiro, químicos, segurança privada, sistema nacional de armas), além das áreas Administrativas (protocolo, licitação, transporte, finanças e contabilidade) e área de Recursos Humanos e delegacias especializadas também sofrem com a falta de servidores administrativos para exercerem as funções de apoio e, muitas vezes, é obrigado a repassar estas atividades a servidores da carreira policial.

Em relação à área médica, hoje temos 03 (três) médicos, sendo que 01 (um) encontra-se em licença para tratar de assuntos particulares e os outros 02 (dois) já possuem tempo para aposentadoria.

Propostas e Sugestões

Uma vez que o Lotaciograma admite uma deficiência de cerca de 25% do efetivo policial em Minas Gerais, em relação aos outros estados, mas a Portaria 463/2009 não previu claros de lotação para esta Superintendência, é necessário uma política de apoio da alta administração em relação às propostas de remoções pontuais feitas por esta Superintendência, bem como a manutenção de concursos públicos da carreira policial.

É urgente a necessidade de realização de concurso público para a carreira administrativa, contemplando servidores de nível superior e intermediário nas diversas áreas de especialização, com número suficiente para atender, tanto a sede da Superintendência, quanto as delegacias do interior.

Especificamente em relação à área médica, é necessário concurso em caráter emergencial para Médico Clínico Geral e Psiquiatra, Psicólogo e Assistente Social, visando um maior apoio e subsídio aos processos de concessão e acompanhamento de licenças médicas, exames periódicos, alcoolismo, remoção por motivo de saúde e união familiar, bem como de assistência social, tendo em vista a natureza peculiar da profissão policial.



4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –



5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 36 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	9.171,34	-	9.171,34	-
2007	52,30	52,30	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	4.666.868,61	313.437,09	4.346.697,88	6.733,64
2007	-	-	-	-

Observações:

Arts. 1º e 2º do Decreto 7.057, de 29.12.09:

“ Art. 1º - A validade dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008, fica prorrogada até 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.”

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Nesta SR/DPF/MG, os débitos de “Restos a Pagar” são quitados logo que os respectivos recursos financeiros são descentralizados pela Coordenação de Finanças do DPF, que os gerencia. Tais débitos são quitados segundo a ordem cronológica do recebimento das respectivas faturas enviadas pelos fornecedores.

No âmbito desta Superintendência Regional Nesta SR/DPF/MG inexistem débitos de Restos a Pagar inscritos anteriormente ao ano de 2008.

Os atrasos na descentralização dos recursos financeiros destinados à quitação de Restos a Pagar podem gerar a incidência de encargos da mora. Tal fato também dificulta a negociação com os respectivos fornecedores que, muitas vezes, concordam em receber as faturas sem a incidência dos encargos da mora, desde que seja acordada uma data limite para o respectivo pagamento.



6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



8 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

A Controladoria-Geral da União em Minas Gerais considerou as contas desta Superintendência como “Regular com Ressalvas”, conforme Certificado de Auditoria nº 224612.

As recomendações propostas pela CGU em 2009 estão relacionadas abaixo com as respectivas providências adotadas.

Quadro 37 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	Sector Responsável pela Implementação
224612	1.1.1.1	Departamento de Logística DPF Nacional
Descrição da Recomendação:		
Implementar indicadores de avaliação de desempenho da gestão da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais que atendam aos critérios de qualidade e confiabilidade, suficientes para orientar tomadas de decisões gerenciais.		
Providências adotadas:		
Foi celebrado o contrato administrativo nº 32/2009 – DLOG/DPF, Procedimento Administrativo nº 08200.001976/2009-00, entre o DPF e a Fundação Getúlio Vargas – FGV, CNPJ 33.641.663/0001-44, para executar serviços técnicos, singulares e especializados para elaboração de indicadores de desempenho para a Polícia Federal, bem como definição de modelo de monitoramento do mesmo, com objetivo de viabilizar parcialmente as ações 8.9.4.2 – Ação: Identificação dos indicadores de desempenho e 8.9.4.3 – ação: Monitoramento e avaliação do sistema de medição do Planejamento estratégico do órgão. Estes trabalhos tem prazo limite para implementação 08/05/2010.		

Nº Relatório	Item do Relatório	Sector Responsável pela Implementação
224612	3.2.1.2	Sector de Logística e Administração Policial
Descrição da Recomendação:		
Cumprir o disposto no item 11.3 da Macrofunção SIAFI nº 02.11.21, observando que a comprovação das despesas realizadas deverá ser realizada mediante comprovante original cuja emissão tenha ocorrido dentro do período estabelecido para aplicação.		
Providências adotadas:		
O sistema de auto-atendimento disponível ao usuário do CPGF foi alterado de forma a impedir a ocorrência de saque fora do prazo de aplicação, além da realização de orientação aos supridos acerca da correta utilização do CPGF, inclusive quanto aos prazos para realização de despesas. Todos os processos estão sendo acompanhados para identificar e solucionar casos pendentes ou com possíveis irregularidades.		

Nº Relatório	Item do Relatório	Sector Responsável pela Implementação
224612	2.1.2.1	Sector de Logística e Administração Policial
Descrição da Recomendação:		
Cumprir os termos contratuais quanto à realização dos pagamentos, conforme a cláusula primeira do Contrato nº 011/2008, observando ainda o disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93, dispõe sobre a		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

necessidade da execução fiel do contrato pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas daquela lei.

Providências adotadas:

Foi realizado o Pregão 009/2009, Procedimento administrativo nº 08350.007492/2009-42-SR/DPF/MG, que substituiu o contrato nº 011/2008. No novo contrato firmado foram sanadas as dificuldades encontradas no procedimento anterior. Os gestores do novo contrato foram orientados quanto à forma correta de acompanhamento da prestação e pagamento dos serviços. Ademais, no início de 2010 o contrato vigente foi substituído por novo contrato, que foi celebrado entre o DPF e a Ticket Car.

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224612	4.1.2.1	Setor de Logística e Administração Policial

Descrição da Recomendação:

Cumprir o disposto no art. 7º, § 2º, II da Lei 8.666/93, que determina que o orçamento deverá ser estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários.

Providências adotadas:

Foi instituído o Grupo Técnico em Edificações como forma de especializar a execução de procedimentos licitatórios afetos à contratação de obras e serviços de engenharia, bem como orientou todos os setores acerca da necessidade dos orçamentos preverem os quantitativos e preços unitários quando da requisição de compras nas mais diversas áreas.

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224612	2.1.2.2	Setor de Logística e Administração Policial

Descrição da Recomendação:

1 - Cumprir o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 quanto à prorrogação de contratos referentes a serviços continuados.
2 – Aperfeiçoar o planejamento das contratações de serviços continuados, de forma a evitar situações em que o atraso no início da realização dos certames licitatórios seja a causa da extrapolação do limite máximo de 60 meses para a duração dos contratos.

Providências adotadas:

1 e 2 – O Setor de Administração e Logística Policial designou um servidor da Comissão Permanente de Licitação para coordenação e acompanhamento dos contratos em andamento nesta superintendência. As planilhas de acompanhamento de contratos foi efetivamente implantada. Paralelamente foram finalizados os procedimentos administrativos nºs 08350.004483/2009-08, 08350.011265/2009-11 e 08350.011273/2009-68.

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224612	3.2.2.1	Setor de Logística e Administração Policial

Descrição da Recomendação:

Cumprir o disposto no art. 6º, § 2º da IN/DPF nº 009/2008, do Departamento de Polícia Federal, no que diz respeito à utilização do CGPF na modalidade saque.

Providências adotadas:

Foi inserido o limite previsto pelo Ordenador de despesas no sistema de auto-atendimento, de forma a impedir a extrapolação de valores.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224612	3.2.2.2	Setor de Logística e Administração Policial
Descrição da Recomendação:		
Cumprir o disposto no item 5.1.6 da Macrofunção SIAFI 02.11.21 e no art. 6º, § 2º da IN nº 009/2008, do Departamento de Polícia Federal, estabelecendo, em todas as propostas de concessão de suprimentos de fundos mediante o uso do CPGF, no que diz respeito à definição dos limites de despesa com utilização do CPGF na modalidade saque.		
Providências adotadas:		
Os modelos de formulários para concessão de suprimentos de fundos já contam com campo específico para definição de limite de despesas.		

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
224612	2.1.2.3	Setor de Logística e Administração Policial
Descrição da Recomendação:		
1 - Cumprir o disposto no art. 54, § 1º da Lei 8.666/93, vinculando os termos do contrato ao resultado do procedimento licitatório. 2 – Cumprir o disposto no art. 7º, § 4º da Lei 8.666/93, no que diz respeito à previsão de quantidades a serem contratadas pela administração. 3 – Cumprir o disposto no art. 7º, § 2º, II da Lei 8.666/93, instruindo os procedimentos licitatórios para contratação de serviços com orçamento detalhado em planilhas que expressem todos os custos unitários.		
Providências adotadas:		
1 e 2 - Foi realizado o Pregão 009/2009, Procedimento administrativo nº 08350.007492/2009-42-SR/DPF/MG, que substituiu o contrato nº 011/2008. No novo contrato firmado, através do Termo de Referência, foram observadas a previsão das quantidades de contratação e a definição de valor de contrato conforme resultado do procedimento licitatório. 3 – Ressaltamos que a presente recomendação foi retirada da versão final do Relatório de Auditoria anual de Contas, conforme, inclusive, reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria realizada na sede da SR/DPF/MG.		



11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais recebeu 01 determinação do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 38 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais					001145
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 013.239/2009-7	Acórdão nº 2009/2009 – TCU Plenário	9.4	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais					01145
Descrição da Deliberação:					
Determinar a realização de audiência do Sr. Secretário do Tesouro Nacional – STN e dos responsáveis pelas unidades gestoras do Poder Executivo, em cujos registros contábeis foram constatados gastos com benefícios assistenciais (auxílio-funeral) à conta de recursos relacionados à previdência dos servidores públicos, contrariando o disposto no art. 5º da Lei nº 9.717/98, combinado com o art. 18 da Lei nº 8.213/91 e a determinação constante do subitem 9.8.2 do Acórdão TCU – Plenário nº 404/2005, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que apresentem razões de justificativa a respeito da referida irregularidade.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais					01145
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Após orientação da equipe técnica desse TCU, os respectivos acertos contábeis foram providenciados. No que tange a esta Superintendência Regional do DPF em Minas Gerais, a correção contábil se deu em 08/07/2009, conforme 2009NS001776 e 2009NS001777 – fls. 69/72 TC 013.239/2009-7, sendo que após estas providências o TCU reconheceu a regularidade dos registros em questão, relativos ao primeiro quadrimestre de 2009. Com relação a falhas de igual natureza em períodos anteriores, consultas efetivadas no SIAFI nos últimos cinco anos não indicaram ocorrências relacionadas a esta SR.					
Síntese dos resultados obtidos					
-					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					



12 - Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

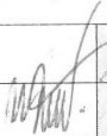
– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



13 - Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 39 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais		200350, 200351	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belo Horizonte	Data	08 de março de 2010
Responsável	Felipe Drummond Vieira 	Matrícula nº	9.447



14 – Outras Considerações

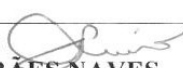
O exercício de 2009 foi o primeiro em que as UG's trabalharam com o sistema de cotas orçamentárias definidas pela COF/DPF. Tal sistema é, sem sombra de dúvida, o mais adequado uma vez que leva obrigatoriamente os ordenadores de despesas a planejarem os gastos para o exercício, de forma a não extrapolarem a parte do orçamento federal que lhe foi disponibilizada.

Ocorre que, no 2º semestre do ano de 2008, as UG's já haviam solicitado as DDO's para a realização das licitações dos contratos de 2009 e as cotas disponibilizadas pela COF/DPF estavam aquém das despesas provisionadas, as quais foram contratadas uma vez que a Coordenação de Finanças do DPF afirmou que haveria a destinação de cotas suplementares no final do ano de 2009. Como não foi possível o envio de tais cotas suplementares, várias das UG's, incluindo a SR/DPF/MG, entrou no ano de 2010 com saldo considerável de despesas que serão inscritas em “dívidas de exercício anterior”.

Para o ano em curso, esta UG estará trabalhando com base nas cotas estabelecidas através da Portaria 761/2009-DG/DPF de 30/12/2009, fato que irá contribuir para a melhor gestão dos recursos públicos aqui despendidos, permitindo, inclusive, um diagnóstico preciso da relação “necessidade x orçamento disponibilizado”.



15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - MG	200350 - 200351
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável:  GLADSTON GUIMARAES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2009

DATA: 12/03/10
A

HORA: 16:47:06

USUARIO: CELSO_FERREIR

PAGINA: 1

MENSAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SUA UNIDADE GESTORA.

2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU N° 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.

3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.

4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CONTADOR RESPONSÁVEL
CRC N° DF-12534/O-8